



Prefácio

É uma grande honra, para mim, prefaciá-lo este *Manual de Direito e Processo Tributário*, de autoria dos jovens irmãos e brilhantes Professores Isabela, Fernando e Ricardo Bonfá de Jesus, juristas que sempre mais vêm se destacando como doutores, como pesquisadores e como estudiosos da Ciência do Direito Tributário e do Processo Tributário.

Os autores são Doutores e Mestres em Direito Tributário pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) e economistas formados pela FAAP. A autora Isabela Bonfá de Jesus ministra aulas de Direito Tributário e Processo Tributário na Faculdade de Direito da PUC/SP, foi Juíza Contribuinte do Tribunal de Impostos e Taxas do Estado de São Paulo (TIT/SP) por 03 mandatos e membro efetivo da Comissão de Contencioso Administrativo Tributário da OAB/SP. Além disso, é conferencista brilhante, ministrando aulas e palestras nos principais centros jurídicos do País.

O autor Fernando Bonfá de Jesus, professor Titular-Doutor nas Faculdades de Economia/Relações Internacionais e Administração da FAAP e professor do mestrado em Direito na Escola Paulista de Direito/SP, estudioso das áreas de direito tributário, societário e de mercado de capitais. Por fim, Ricardo Bonfá de Jesus destaca-se por sua experiência pragmática na área de tributos diretos, com larga experiência em empresas de auditoria e consultoria tributárias internacionais, ocupando cargos de diretoria, além de ministrar com frequência aulas em cursos de pós-graduação em faculdades e universidades de primeira linha por todo o País.

Esta obra enriquece sobretudo a doutrina nacional, já que, nela, os autores não se limitam a dar informações, nem a reproduzir ideias feitas ou a percorrer sítios de há muito conhecidos. Pelo contrário, a segurança com que desenvolvem os temas que abordam, coloca-os no patamar dos trabalhos que já nascem sob o signo do bom êxito.

De fato, sem descurar dos postulados constitucionais tributários e dos grandes princípios que os informam, os três autores, neste *Manual* primoroso, descrevem, com objetividade e raro didatismo, todo o sistema tributário brasileiro, fazendo uma análise percuciente do Código Tributário Nacional e das reformas do Código de Processo Civil em 2015, bem como da legislação de regência das figuras exacionais mais importantes das várias pessoas políticas.



Assim, os autores, após cuidarem da competência tributária, das limitações constitucionais ao poder de tributar, dos princípios constitucionais tributários e das imunidades tributárias, tratam, com profundidade, do fenômeno da tributação, tal como estruturado nos vários capítulos do Código Tributário Nacional. Paralelamente, voltam suas atenções para o *processo tributário administrativo e judicial*, bem como para os tributos em espécie (federais, estaduais e municipais).

Cumprir destacar que a obra ganha relevância no cenário acadêmico quando discorre de forma minuciosa e transparente sobre a reforma do *Novo Código de Processo Civil* no tocante à matéria tributária, vez que a autora Isabela Bonfá de Jesus, atualmente, é uma das cientistas mais estudiosas sobre esta matéria.

A obra ainda discorre e analisa operações relacionadas ao mercado financeiro e de capitais, incluindo os fundos de investimentos nas suas mais diversas espécies, bem como as operações de fusões e aquisições de empresas. E não somente a natureza jurídica dessas operações é analisada pelos autores Fernando e Ricardo Bonfá de Jesus, mas também os aspectos tributários inerentes a essas operações.

O resultado deste labor aí está: uma obra densa, profunda e confiável, que vem preencher uma lacuna na bibliografia nacional, uma vez que, sem se perder em intrincadas considerações teóricas, vai logo ao ponto, expondo os temas centrais da disciplina e ajudando a solucionar, de modo adequado, os grandes problemas jurídicos tributários.

Por esses motivos, é com grande satisfação que registro que os irmãos Professores Isabela, Fernando e Ricardo Bonfá de Jesus juntos produziram um livro de leitura enriquecedora, que estimula o leitor a pensar, qualidade só encontrável em altos estudos, como o presente.

Trata-se, em suma, de uma obra indispensável, não só para os estudantes, inclusive dos cursos de pós-graduação, como para os concursandos e todos quantos desejam conhecer, em seus aspectos essenciais, o fenômeno da tributação e das operações financeiras em nosso País.

São Paulo (SP), 30 de maio de 2016.

ELIZABETH NAZAR CARRAZZA
Professora-Assistente Doutora de Direito Tributário
da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade
Católica de São Paulo (PUC-SP)



Sumário

AGRADECIMENTOS.....	13
PREFÁCIO.....	15
INTRODUÇÃO.....	33

PARTE I DIREITO MATERIAL

CAPÍTULO 1 DIREITO TRIBUTÁRIO

1. O DIREITO TRIBUTÁRIO E SEU OBJETO.....	37
2. O DIREITO TRIBUTÁRIO NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO.....	38

CAPÍTULO 2 COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA

1. CONCEITO.....	41
1.1. Competência tributária.....	41
1.2. Capacidade tributária.....	42
2. CARACTERÍSTICAS DA COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA.....	43
3. CLASSIFICAÇÃO DA COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA.....	45

CAPÍTULO 3 PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS TRIBUTÁRIOS

1. CONCEITO.....	47
------------------	----

2. PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS	48
2.1. Princípio republicano	48
2.2. Princípio federativo e tributação	49
2.3. Princípio da autonomia municipal e tributação	50
2.4. Princípio da praticabilidade	50
2.5. Princípio da proporcionalidade	51
2.6. Princípio da razoabilidade	53
2.7. Princípio da moralidade	54
2.8. Princípio da eficiência	55
2.9. Princípio da segurança jurídica	56
2.10. Princípio da legalidade tributária	57
2.11. Princípio da igualdade tributária	59
2.12. Princípio da irretroatividade tributária	60
2.13. Princípio da anterioridade tributária	61
2.14. Princípio da vedação ao confisco	64
2.15. Princípio da capacidade contributiva	65
2.16. Princípio da liberdade de tráfego	66
2.17. Princípio da uniformidade geográfica	67

CAPÍTULO 4 IMUNIDADES TRIBUTÁRIAS

1. CONCEITO	69
2. ESPÉCIES DE IMUNIDADES TRIBUTÁRIAS	70
2.1. Imunidade recíproca	72
2.2. Imunidade dos templos de qualquer culto	73
2.3. Imunidade dos partidos políticos, entidades sindicais dos trabalhadores e instituições de educação e de assistência social	74
2.4. Imunidade dos livros, jornais, periódicos e do papel destinado à sua impressão	78

CAPÍTULO 5 DEFINIÇÃO DE TRIBUTO

1. DEFINIÇÃO DE TRIBUTO E ANÁLISE DE SEUS ELEMENTOS	83
2. FUNÇÃO DOS TRIBUTOS	86



3. CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO DOS TRIBUTOS.....	86
---	----

CAPÍTULO 6 ESPÉCIES TRIBUTÁRIAS

1. CLASSIFICAÇÃO DOS TRIBUTOS	89
2. ESPÉCIES TRIBUTÁRIAS	92
2.1. Impostos	92
2.1.1. Impostos residuais.....	94
2.1.2. Impostos extraordinários.....	95
2.2. Taxas.....	96
2.2.1. Taxa de serviço.....	96
2.2.2. Taxa de polícia	98
2.2.3. Taxa x preço.....	99
2.3. Contribuição de melhoria	99
2.4. Contribuições	100
2.4.1. Contribuições sociais	101
2.4.2. Cide.....	103
2.4.3. Contribuições profissionais ou corporativas.....	104
2.5. Empréstimo compulsório.....	104

CAPÍTULO 7 FONTES DO DIREITO TRIBUTÁRIO

1. FONTES DO DIREITO TRIBUTÁRIO E SUA CLASSIFICAÇÃO	107
2. FONTES PRIMÁRIAS DO DIREITO TRIBUTÁRIO	107
2.1. Constituição Federal	108
2.2. Emenda constitucional.....	109
2.3. Lei complementar	109
2.4. Lei ordinária	112
2.5. Lei delegada.....	113
2.6. Medida provisória	113
2.7. Decreto legislativo.....	115
2.8. Resoluções	115
3. FONTES SECUNDÁRIAS DO DIREITO TRIBUTÁRIO.....	116

CAPÍTULO 8
VIGÊNCIA, INTERPRETAÇÃO E
INTEGRAÇÃO DA NORMA TRIBUTÁRIA

1.	VIGÊNCIA DA NORMA TRIBUTÁRIA	119
1.1.	Vigência e eficácia da norma tributária no tempo	119
1.2.	Vigência da norma tributária no espaço	122
2.	INTERPRETAÇÃO DA NORMA TRIBUTÁRIA.....	122
3.	INTEGRAÇÃO DA NORMA TRIBUTÁRIA	123

CAPÍTULO 9
RELAÇÃO JURÍDICO-TRIBUTÁRIA

1.	NORMA JURÍDICA TRIBUTÁRIA.....	127
2.	DA EXPRESSÃO “FATO GERADOR”: HIPÓTESE DE INCIDÊNCIA E FATO IMPONÍVEL	128
3.	REGRA-MATRIZ DE INCIDÊNCIA TRIBUTÁRIA.....	130
3.1.	Critério material	130
3.2.	Critério espacial	131
3.3.	Critério temporal	131
3.4.	Critério pessoal	132
3.4.1.	Contribuinte e responsável.....	133
3.4.2.	Responsabilidade tributária.....	134
3.4.3.	Responsabilidade por sucessão	135
3.4.4.	Responsabilidade por sucessão de fundo de comércio ou estabelecimento	136
3.4.5.	Responsabilidade de terceiros	136
3.4.6.	Resumo parcial da sujeição passiva	141
3.5.	Critério quantitativo	141
3.6.	Resumo da regra-matriz de incidência tributária.....	142

CAPÍTULO 10
OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA

1.	OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA.....	143
1.1.	Elementos da obrigação tributária	143



1.2. Nascimento da obrigação tributária.....	144
1.3. Natureza jurídica.....	147

CAPÍTULO 11 CRÉDITO TRIBUTÁRIO

1. CRÉDITO TRIBUTÁRIO.....	149
2. LANÇAMENTO TRIBUTÁRIO	149
3. ESPÉCIES DE LANÇAMENTO TRIBUTÁRIO	150
3.1. Lançamento de ofício ou direto	150
3.2. Lançamento por declaração ou misto.....	152
3.3. Lançamento por homologação	152
3.3.1. Contagem do prazo para homologação.....	153
3.3.2. Lançamento e auto de infração.....	154
3.3.3. Constituição do crédito tributário por declaração.....	154
3.4. Arbitramento	156

CAPÍTULO 12 SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

1. CONCEITO	157
2. ESPÉCIES.....	158
2.1. Moratória.....	158
2.2. Depósito do montante integral.....	159
2.2.1. Constituição do crédito tributário pelo depósito judicial	160
2.3. Reclamações e recursos administrativos	162
2.3.1. Depósito judicial para apreciação de recurso administrativo.....	163
2.4. Concessão de liminar ou tutela provisória em quaisquer espécies de ações judiciais	164
2.5. Parcelamento	166

CAPÍTULO 13
EXTINÇÃO DO CRÉDITO
TRIBUTÁRIO

1.	CONCEITO	167
2.	ESPÉCIES.....	168
2.1.	Pagamento	168
2.1.1.	Denúncia espontânea.....	169
2.2.	Compensação	171
2.2.1.	Compensação no âmbito federal	172
2.2.2.	Execução de sentença e compensação administrativa	175
2.3.	Transação	175
2.4.	Remissão.....	176
2.5.	Prescrição e decadência.....	177
2.5.1.	Forma de contagem do prazo decadencial em desfavor do Fisco.....	177
2.5.2.	Forma de contagem do prazo prescricional em desfavor do Fisco	179
2.5.3.	Forma de contagem do prazo prescricional em desfavor do contribuinte (restituição/compensação).....	179
2.5.4.	Aplicação do art. 166 do CTN.....	180
2.6.	Conversão de depósito em renda	182
2.7.	Pagamento antecipado e homologação do lançamento.....	183
2.8.	Consignação em pagamento.....	184
2.9.	Decisão administrativa irreformável	185
2.10.	Decisão judicial passada em julgado	185
2.11.	Dação em pagamento de bens imóveis.....	185

CAPÍTULO 14
EXCLUSÃO DO
CRÉDITO TRIBUTÁRIO

1.	CONCEITO	187
2.	ISENÇÃO.....	187
2.1.	Características da isenção	188
2.2.	Classificações	189
3.	ANISTIA	190

CAPÍTULO 15
GARANTIAS E PRIVILÉGIOS
DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

1.	GARANTIAS E PRIVILÉGIOS DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	193
1.1.	Fraude à execução fiscal	194
1.2.	Penhora <i>online</i>	195
2.	PREFERÊNCIAS DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO.....	197

PARTE II
TRIBUTOS EM ESPÉCIE

CAPÍTULO 16
TRIBUTOS FEDERAIS

1.	IMPOSTO SOBRE A RENDA.....	201
1.1.	Disponibilidade econômica e jurídica da renda.....	205
1.2.	Imposto Sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL)	209
1.2.1.	Lucro presumido.....	210
1.2.2.	Lucro arbitrado.....	213
1.2.3.	Lucro real	214
1.2.4.	Despesas dedutíveis no lucro real.....	218
1.2.5.	Lucro real x lucro presumido.....	219
1.2.6.	Compensação de prejuízo fiscal no lucro real.....	220
1.2.7.	Resumo da apuração do IRPJ pelo lucro real	221
1.3.	Imposto Sobre a Renda da Pessoa Física (IRPF)	222
1.4.	Quadro sintético do IRPJ, CSLL e IRPF	225
1.5.	Preços de transferência	226
1.5.1.	Da exportação.....	227
1.5.2.	Da importação.....	230
1.5.3.	Aplicação das regras do preço de transferência com países que firmaram tratados internacionais com o Brasil	231
1.6.	Direito Tributário Internacional	233
1.6.1.	Tratados Internacionais – Gênero e espécies	233
1.6.2.	Processo de elaboração de um Tratado Internacional.....	234

1.6.3. Conceito de residente e não residente	235
1.6.4. Distinção entre Estado de residência e Estado de fonte do rendimento	237
1.6.5. Funcionamento de empresa estrangeira no País	240
1.6.6. Conceito de estabelecimento permanente.....	241
1.6.7. Tratado para evitar a dupla tributação	244
1.7. Jurisdição com Tributação Favorecida (JTF) e Regime Fiscal Privilegiado (RFP).....	247
1.7.1. Alíquota do IRFonte nas operações com JTF e RFP	251
1.7.2. <i>Base Erosion and Profit Shifting</i> - BEPS	251
1.7.3. Regras de Subcapitalização: Juros pagos ao Exterior para JTF e RFP.	252
2. IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	252
2.1. As exceções à tributação pelo IPI	257
2.2. Seletividade no IPI	258
2.3. Não cumulatividade no IPI	260
2.4. Quadro sintético do IPI	262
3. IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO	262
3.1. Regimes aduaneiros.....	265
3.2. Quadro sintético do II.....	266
4. IMPOSTO DE EXPORTAÇÃO	266
4.1. Quadro sintético do IE.....	267
5. IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES DE CRÉDITO, CÂMBIO E SEGURO, OU RELATIVAS A TÍTULOS OU VALORES MOBILIÁRIOS	268
5.1. Quadro sintético do IOF.....	271
6. IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL.....	272
6.1. Quadro sintético do ITR.....	275
7. PIS E COFINS	276
7.1. Primeira fase: sistemática cumulativa	278
7.2. Segunda fase: sistemática não cumulativa antes da EC 42/2003	279
7.3. Terceira fase: sistemática não cumulativa após a EC 42/2003.....	281
7.4. Conceito de não cumulatividade para o PIS e a Cofins	282
7.5. Não cumulatividade: EC 42/2003 x Leis 10.637/2002 e 10.833/2003	285
7.6. Dos créditos de PIS e Cofins	286
7.7. Receitas sujeitas à tributação monofásica do PIS e Cofins	286



7.8. Receitas beneficiadas com alíquota zero do PIS e da Cofins	289
7.9. Receitas de produtos sujeitos à substituição tributária do PIS e da Cofins.....	290
7.10.Receitas excluídas da sistemática não cumulativa	292
7.11.Quadro sintético do PIS e da Cofins.....	292
8. PIS-IMPORTAÇÃO E COFINS-IMPORTAÇÃO.....	293
8.1. Quadro sintético do PIS-Importação e da Cofins-Importação	298
9. CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS	299
9.1. Contribuição Previdenciária Patronal e Contribuição Previdenciária do Segurado Empregado (trabalhador)	299
9.1.1. Hipótese de retenção de 11%.....	302
9.2. Riscos Ambientais do Trabalho – RAT e Fator Acidentário de Prevenção – FAP	304
9.3. Contribuições de terceiros (Sistema “S”).....	306
9.4. Pontos polêmicos	307
9.4.1. Participação nos lucros e resultados – PLR	307
9.4.2. Plano de Previdência Complementar.....	308
9.4.3. Gratificações e prêmios	309
9.4.4. Benefícios indiretos (<i>fringe benefits</i>)	310
9.4.5. Planos de <i>Stock Options</i>	310
9.5. Quadro sintético das contribuições previdenciárias.....	312

CAPÍTULO 17 IMPOSTOS ESTADUAIS

1. ICMS – IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS, PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERESTADUAL E INTERMUNICIPAL E COMUNICAÇÃO.....	313
1.1. Substituição tributária no ICMS	317
1.2. Não cumulatividade do ICMS	319
1.2.1. A desvinculação entre créditos e débitos de ICMS	323
1.3. Guerra fiscal do ICMS	324
1.3.1. Efeitos dos benefícios concedidos à revelia.....	327
1.4. ICMS nas vendas pela internet	331
1.5. Quadro sintético do ICMS.....	332

2. IPVA – IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES	332
2.1. Quadro sintético do IPVA.....	339
3. ITCMD – IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO <i>CAUSA MORTIS</i> E DOAÇÃO.....	339
3.1. Quadro sintético do ITCMD.....	345

CAPÍTULO 18 IMPOSTOS MUNICIPAIS

1. ISS – IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS.....	347
1.1. Taxatividade da lista de serviços.....	353
1.2. Regime diferenciado de tributação para o ISS.....	356
1.3. Exportação e importação de serviços.....	357
1.4. Quadro sintético do ISS	359
2. IPTU – IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA.....	360
2.1. Quadro sintético do IPTU	364
3. ITBI – IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS	365
3.1. Quadro sintético do ITBI.....	368

PARTE III DIREITO PROCESSUAL

CAPÍTULO 19 PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO

1. PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO.....	371
1.1. Princípios aplicáveis ao processo administrativo tributário	371
2. FASES DE COBRANÇA DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO.....	372
3. ETAPAS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO	376
3.1. Processo administrativo tributário – 1. ^a instância.....	376
3.2. Processo administrativo tributário – 2. ^a instância.....	378



CAPÍTULO 20
PROCESSO JUDICIAL
TRIBUTÁRIO

1. INTRODUÇÃO	381
2. AÇÕES DE INICIATIVA DO FISCO	382
2.1. Inscrição em dívida ativa	382
2.2. Execução fiscal	385
2.2.1. Execução fiscal – Citação	386
2.2.2. Execução fiscal – Garantias	387
2.2.3. Prescrição intercorrente.....	393
3. AÇÕES DE INICIATIVA DO CONTRIBUINTE.....	394
3.1. Embargos à execução fiscal	394
3.1.1. Controvérsia normativa acerca dos embargos à execução fiscal – LEF x CPC/2015	395
3.1.2. Exceção de pré-executividade	397
3.1.3. Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica (IDPJ)	400
3.2. Ação anulatória de débito fiscal	402
3.2.1. Produção de provas	405
3.2.2. Estrutura da ação anulatória de débito fiscal.....	406
3.3. Ação declaratória de inexistência de relação jurídico-tributária.....	407
3.3.1. Conceito.....	407
3.3.2. Natureza jurídica e objeto	407
3.3.3. Tutelas Provisórias – Art. 294 e ss. do CPC/2015	409
3.3.4. Produção de provas	414
3.3.5. Estrutura	415
3.4. Mandado de segurança.....	415
3.4.1. Conceito.....	415
3.4.2. Espécies	417
3.4.3. Prazo para impetração do mandado de segurança	419
3.4.4. Requisitos do mandado de segurança	420
3.4.5. Trâmites do mandado de segurança	422
3.4.6. Compensação no mandado de segurança.....	423
3.4.7. Suspensão da segurança.....	424
3.4.8. Crime de desobediência	424
3.4.9. Alterações trazidas pela Lei 12.016/2009.....	425

3.5. Ação de repetição de indébito tributário	426
3.5.1. Conceito.....	426
3.5.2. Prazo para pleitear a restituição	428
3.5.3. Aplicação do art. 166 do CTN.....	428
3.5.4. Execução de sentença e compensação administrativa	429
3.6. Ação de consignação em pagamento.....	431
3.6.1. Conceito.....	431
3.6.2. Procedimento da ação de consignação em pagamento.....	432
3.7. Valor da causa e honorários advocatícios.....	433

CAPÍTULO 21 TEORIA GERAL DOS RECURSOS

1. CONCEITO E CARACTERÍSTICAS	437
2. PRINCÍPIOS.....	438
3. JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE.....	439
3.1. Admissibilidade recursal – Requisitos intrínsecos.....	440
3.2. Admissibilidade recursal – Requisitos extrínsecos.....	440
4. JUÍZO DE MÉRITO	440
5. EFEITOS DOS RECURSOS.....	441
6. CONSIDERAÇÕES GERAIS TRAZIDAS PELO CPC/2015	442
6.1. Prazos dos recursos.....	442
6.2. Restituição dos autos por advogado	442
6.3. Custas.....	443
6.4. Julgamento-Vista	443
6.5. Extinção do processo sem julgamento de mérito.....	444

CAPÍTULO 22 ESPÉCIES RECURSAIS

1. INTRODUÇÃO	445
2. INOVAÇÕES DO CPC/2015.....	446
2.1. Casos repetitivos	446
2.2. Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR).....	454
2.3. Incidente de Assunção de Competência (IAC).....	455



3. ESPÉCIES RECURSAIS	456
3.1. Recurso extraordinário	456
3.2. Recurso especial	460
3.2.1. Procedimentos comuns aos recursos especial e extraordinário	462
3.3. Recurso de apelação	463
3.3.1. Procedimento	464
3.4. Agravo	465
3.4.1. Agravo retido	467
3.4.2. Agravo de instrumento.....	467
3.4.3. Agravo interno	470
3.4.4. Agravo contra despacho denegatório de seguimento de recurso especial e recurso extraordinário.....	470
3.5. Embargos de declaração	471
3.6. Embargos infringentes – Técnica de Julgamento	473
3.7. Remessa necessária	473



PARTE IV

OPERAÇÕES FINANCEIRAS E EMPRESARIAIS



CAPÍTULO 23

FUNDOS DE INVESTIMENTO E O MERCADO FINANCEIRO

1. O QUE É UM FUNDO DE INVESTIMENTO?	477
2. ESPÉCIES DE FUNDOS DE INVESTIMENTO EM APLICAÇÕES FINANCEIRAS E OUTROS ATIVOS.....	479
2.1. Fundo de Investimento de Renda Fixa (FIRF)	480
2.2. Fundo de Investimento Multimercado (FIM).....	480
2.3. Fundo de Investimento em Cotas de Fundos Multimercados (FIC-FIM).....	480
2.4. Da Tributação comum do FIRE, FIM e FIC-FIM.....	481
2.5. Fundo de Investimento em Ações (FIA)	482
2.6. Fundo de Investimento em Cotas de Fundo de Investimento em Ações (FIC-FIA)	483
2.7. Da Tributação comum do FIA e do FIC-FIA.....	483



3. FUNDOS DE INVESTIMENTOS FECHADOS OU ABERTOS: IMPLICAÇÕES TRIBUTÁRIAS.....	483
3.1. Fundo de Investimento Fechado.....	483
3.2. Fundo de Investimento Aberto.....	484
3.3. Há vantagem tributária entre Fundo de Investimento Fechado e Aberto?.....	485
4. FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÃO – FIP.....	485
4.1. Aspectos Tributários do FIP.....	486
5. FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO (FII).....	487
5.1. Aspectos Tributários do FII	488
5.1.1. Hipótese específica do IRFonte sobre o FII	488
5.1.2. Cotista Pessoa Física.....	488
5.1.3. Cotista Pessoa Jurídica	489
6. FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS (FIDC) .	489
6.1. Aspectos Tributários do FIDC.....	490
7. OPERAÇÕES COM AÇÕES NO MERCADO À VISTA	491
7.1. Tributação das operações no Mercado à Vista	495
8. OPERAÇÕES COM DERIVATIVOS.....	495
8.1. Mercado de Opções de Ações	496
8.2. Operação de Mercado a Termo.....	497
8.2.1. Garantia para contratação da Operação de Mercado a Termo	498
8.3. Aluguel de Ações	499
8.3.1. Garantia para contratação de Aluguel de Ações.....	500

CAPÍTULO 24
FUSÕES E AQUISIÇÕES
(*MERGER & ACQUISITION – M&A*)

1. DIFERENÇAS ENTRE UMA SOCIEDADE LTDA, EIRELI, SA FECHADA E SA ABERTA.....	501
1.1. Sociedade de Responsabilidade Limitada (LTDA)	501
1.1.1. EIRELI – A LTDA de um sócio	502
1.1.2. Demais características básicas da LTDA	502
1.2. Sociedade Anônima	504
1.2.1. Sociedade Anônima Fechada (SA Fechada).....	505
1.2.2. Sociedade Anônima Aberta (SA Aberta)	506



1.3. O direito de <i>Tag Along</i> do sócio	506
1.4. O direito de <i>Drag Along</i> do sócio controlador	507
2. FUSÕES E AQUISIÇÕES (<i>MERGER & ACQUISITION – M&A</i>)	507
2.1. Sócio Pessoa Física.....	508
2.2. Sócio Pessoa Jurídica	509
2.3. Método de Equivalência Patrimonial – Efeitos Tributários.....	510
2.4. Dos Elementos Motivadores de um M&A.....	511
2.5. Auditoria Externa.....	512
2.6. Documentos Legais inerentes ao processo de M&A.....	513
3. <i>FAMILY OFFICE</i> E A GESTÃO PATRIMONIAL	515
3.1. Gestão Patrimonial.....	516
3.1.1. Imobiliário.....	516
3.1.2. Participação Societária	517
3.1.3. Recursos Financeiros.....	518
3.2. Combinação de Negócios.....	519
BIBLIOGRAFIA	521
OUTRAS OBRAS DOS AUTORES	527







Introdução

Uma das grandes insatisfações da sociedade brasileira é a alta carga tributária que assola o País, não somente nas operações empresariais, mas também nas operações financeiras e em casos de sucessão patrimonial familiar.

Por mais que haja promessas no sentido de o governo perseguir uma reforma tributária, sob a ótica do povo, ela nunca acontece.

O que vemos, muitas vezes, suceder é a adoção de uma política arrecadatória em detrimento de uma política tributária.

Tal cenário resta ainda mais prejudicado se nos depararmos com os seguintes dados:

- Segundo estatísticas do relatório *Doing Business* do Banco Mundial são necessárias 2.600 (duas mil e seiscentas) horas por ano para uma empresa pagar tributos no Brasil, enquanto na média dos países da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), são necessárias 176 (cento e setenta e seis) horas por ano;
- A burocracia tributária no Brasil é 7 (sete) vezes mais complexa do que em Serra Leoa e 32 (trinta e duas) vezes do que na Noruega;
- A instabilidade da legislação tributária gera incerteza jurídica. Em média, o prazo para se solucionar um processo tributário é de 10 (dez) anos;
- Existem no Brasil mais de 5,5 (cinco mil e quinhentos) Códigos Tributários Municipais, além de 27 (vinte e sete) Estaduais;
- Aliado ao fato de que as empresas, além do efetivo pagamento de tributos, devem preencher 2.200 (dois mil e duzentos) campos de formulários por ano em nome das ditas obrigações acessórias (preenchimento de declarações informativas ao Fisco).

Dentro desse contexto, a dúvida que persiste completamente desconhecida da grande maioria da população é: quão grande é essa carga tributária? Qual é o seu impacto efetivo na renda do trabalhador ou no faturamento de uma empresa?

Sabemos que a tributação é alta no país, mas não sabemos exatamente o quanto. E mais, países como Suécia, Dinamarca, dentre outros, chegam a cobrar uma carga tributária superior à do Brasil; entretanto, a sua população tem o retorno dos serviços públicos esperados.



Nenhum sueco ou dinamarquês se vê obrigado a pagar com seus rendimentos líquidos gastos extras com saúde, educação, segurança. A arrecadação desses governos com os tributos supre a necessidade dos seus cidadãos.

No Brasil, apesar de a arrecadação servir de fonte de geração de receitas para manutenção dos gastos do Estado, nunca é suficiente.

Mas onde está o problema: na engrenagem complicada do Sistema Tributário Brasileiro, na alta carga tributária ou na administração desses recursos pelo Estado?

Nossa missão, portanto, será desmistificar a seara tributária brasileira, levando em consideração:

- (a) a sua fundamentação na Constituição Federal e no Código Tributário Nacional;
- (b) a especificação das espécies tributárias;
- (c) o nascimento da obrigação tributária;
- (d) a constituição do crédito tributário e o lançamento;
- (e) as hipóteses de suspensão, extinção e exclusão do crédito tributário; e
- (f) o processo tributário: alternativas de defesa por parte dos contribuintes (processo administrativo e judicial tributário) quanto às formas de cobrança do Fisco.

Tais esclarecimentos servirão de suporte para que a relação entre Fisco e contribuinte seja mais transparente, e para que se compreenda com maior nitidez o impacto do tributo na sociedade.

Esse estudo foi didaticamente idealizado para que os leitores se deparem com conceitos teóricos expostos de maneira clara e atrelados aos exemplos do dia a dia, já que a sociedade é atingida pela incidência de tributos a todo o momento, seja por um trabalhador ao receber seu salário no final do mês, por efetuar uma compra no supermercado, por ser proprietário de um automóvel ou de um bem imóvel.

A compreensão do Sistema Tributário Nacional permitirá que cada um tire suas próprias conclusões acerca da carga tributária incidente no Brasil.

Nesta obra também serão analisadas as estruturas operacionais e empresariais que sofrem com a alta incidência dos tributos, e se perceberá como as empresas e o sistema financeiro absorvem tal impacto. Será analisado também o papel dos Fundos de Investimentos e suas espécies, em especial dos Fundos de *Private Equity* nas operações de fusões e aquisições (*Merger & Acquisition- M&A*).

E, para finalizar, importante destacar que esse Manual de Direito e Processo Tributário já está *atualizado com o Código de Processo Civil de 2015 (CPC/15)*, bem como com os impactos advindos das suas mudanças no processo tributário.